

GESTÃO EDUCACIONAL: CAPACIDADES E POSSIBILIDADES

Rutinéia Cristina MARTINS¹
Djanira Soares de Oliveira e ALMEIDA²
Fabiana Granado Garcia SAMPAIO³

*“Cada um de nós constroi a sua história e cada ser em si carrega o dom de ser capaz de ser feliz”
(Sater e Teixeira)*

O presente texto foi escrito com o intuito de ser um instrumento de avaliação para os alunos matriculados na disciplina “Política de Assistência Social”, pertencente ao Programa de pós-graduação em Serviço Social da Universidade Estadual Paulista Dr. “Júlio de Mesquita Filho”.

No desenvolvimento da disciplina, não foram estudados apenas temas específicos das disciplinas em si, mas teorias que nos forneceram elementos para a compreensão da Política de Assistência e sua inserção em um contexto social.

Dentre os temas estudados, selecionou-se o estudo da Teoria das Capacidades, escrita pelo indiano Amartya Sen, ganhador do Prêmio Nobel de Economia, em 1998. Não se tratará aqui de maneira específica de uma política de assistência, mas, da política educacional voltada para o acompanhamento pedagógico de alunos com rendimento escolar abaixo do esperado, área que carece da atuação de profissionais que lidem diretamente com a área social junto à equipe pedagógica no auxílio ao enfrentamento de questões sociais que se colocam no interior da instituição.

¹ Mestre e doutoranda em Serviço Social pela UNESP-Franca; Bacharel e licenciada em História e Pedagogia; coordenadora pedagógica da Rede Municipal de Ensino de Franca-SP; membro do grupo Educação: Linguagens.

² Docente lotada no Departamento de Educação, Ciências Sociais e Política Internacional da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais-UNESP Franca; coordenadora do grupo Educação: Linguagens.

³ Mestre em Serviço Social pela UNESP-Franca; Bacharel e licenciada em História e Pedagogia; professora da Rede Municipal de Ensino de Franca-SP e da Universidade de Franca; membro do grupo Educação: Linguagens.

Assim, traçar-se-á um breve resumo sobre a Teoria das Capacidades e em seguida, buscar-se-á relacionar tal teoria com a ação da equipe escolar junto aos alunos com déficit de aprendizagem. Para isso, dividimos o texto em duas partes, sendo:

1. Desenvolvimento humano e capacidades;
2. Gestão educacional: capacidades e possibilidades.

1. DESENVOLVIMENTO HUMANO E CAPACIDADES

Ao pesquisar o dicionário, a definição encontrada para o termo desenvolvimento é crescimento, aumento (MELHORAMENTOS, 2006, p. 156). Em consulta ao mesmo manual, observa-se que a definição pode ser complementada pelo termo desenvolver: fazer crescer, aumentar, fazer progredir.

Partindo das definições supracitadas, entende-se que o desenvolvimento humano são as ações e medidas tomadas para que os agentes históricos possam ampliar as suas potencialidades e tornarem-se cada vez mais sujeitos na sociedade em que vivem, ou seja, que estejam em uma perspectiva de liberdade. Assim, os fins e os meios do desenvolvimento exigem que essa perspectiva seja o centro das ações.

O conceito de desenvolvimento se aproxima, mas, é diferente do conceito de crescimento econômico, posto que implica na remoção das principais formas de privação da liberdade.

A visão de liberdade aqui adotada envolve tanto os processos que permitem a liberdade de ações e decisões como as oportunidades reais que as pessoas têm, dadas as circunstâncias pessoais e sociais. A liberdade relaciona-se a oportunidades sociais adequadas, são meios principais do desenvolvimento porque seus diversos tipos estão vinculados. Quanto à privação de liberdade, verifica-se que está ligada a fatores como a carência de recursos públicos e sociais. Somando-se a isso a negação de oportunidade de participar da vida política e social.

Tais fatores podem ter como consequência a violação de direitos ou liberdades, à medida que quando há falta de recursos públicos ou sociais, os indivíduos têm tolhidas várias possibilidades de desenvolvimento. Um exemplo que pode ser dado relaciona-se à política de saúde: uma pessoa com determinado problema de saúde e que está em uma fila de milhares de pessoas para a realização de dada cirurgia, vive em situações precárias e em caso de ser trabalhador informal perde dinheiro por não apresentar o mesmo rendimento. Desta forma, são violados direitos e liberdades.

Em todas as partes do planeta, de formas distintas há privações de liberdade, para diversos segmentos como o sexo feminino, grupos raciais ou mesmo privações de liberdade política nos países em que os governos são totalitários.

A liberdade dos indivíduos é um elemento constitutivo básico para o desenvolvimento. Atenta-se para a expansão das “capacidades” das pessoas de levar o tipo de vida que valorizam. Essas capacidades podem ser aumentadas pela política pública, mas também por outro lado, a direção da política pública pode ser influenciada pelo uso efetivo das capacidades participativas do povo. O contexto social, político e econômico é quem aponta o grau de liberdade das pessoas, como Sen (2000, p.19) explica:

A ligação entre liberdade individual e realização de desenvolvimento social vai muito além da relação constitutiva – por mais importante que ela seja. O que as pessoas conseguem efetivamente realizar é influenciado por oportunidades econômicas, liberdades políticas, poderes sociais e por condições habilitadoras como boa saúde, educação básica e incentivo e aperfeiçoamento de iniciativas.

Quando se relaciona liberdade, capacidade e qualidade de vida, a perspectiva baseada na liberdade apresenta uma semelhança genérica com a preocupação comum com a qualidade de vida, a qual se concentra no modo como as pessoas vivem e não apenas nos recursos ou nas rendas de que elas dispõem.

Os recursos citados não são apenas a renda. Privações de renda e capacidade são conceitos próximos, mas, não são iguais dentro de uma

realidade. São apenas um critério e devem ser estudadas dentro de um contexto de outras influências. Partindo desse princípio, colaboram para a privação de capacidades: mortes prematuras, subnutrição, analfabetismo e outras.

Um fator relevante para a privação de liberdades e capacidades é o desemprego. A deficiência de renda que pode ser compensada por transferências do Estado, todavia, o desemprego é um redutor de capacidades porque é uma fonte de efeitos debilitadores muito abrangentes sobre a liberdade, a iniciativa e as habilidades dos indivíduos.

Em resumo, Sen (2000, p. 18) esclarece a importância da liberdade para o processo de desenvolvimento:

A liberdade é central para o processo de desenvolvimento por duas razões:

- 1) *A razão avaliatória*: a avaliação do progresso tem de ser feita verificando-se primordialmente se houve aumento das liberdades das pessoas.
- 2) *A razão da eficácia*: a realização do desenvolvimento depende inteiramente da livre condição de agente das pessoas.

O desenvolvimento requer a remoção das principais fontes de privação da liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos. Ser um país desenvolvido é dar maiores possibilidades de escolha à sua população. Para isso, é preciso que os dirigentes façam a opção pelo desenvolvimento humano em detrimento pela opção apenas pelo crescimento econômico. Esse posicionamento significa nadar contra uma corrente ideológica, à medida que segundo Kliksberg (2003, p.18):

Com freqüência, o arrazoamento explícito ou implícito que se desenvolve diante dos problemas sociais por parte dos setores influentes gira em torno da necessidade de uma certa “paciência histórica”. Trata-se de etapas que devem suceder-se umas às outras. Haverá uma etapa de “apertar os cintos”, mas logo virá a reativação e, posteriormente, ela se “derramará” aos desfavorecidos e os retirará da pobreza. O social deve esperar, e é preciso entender o processo e ter paciência enquanto as etapas ocorrem.

A falácia de que o crescimento basta transmite a visão de que se estaria avançando se o produto bruto per capita subir, e que os olhares devem estar voltados para o mesmo (KLIKBERG, 2003, p.23). Podem-se ter países com elevado produto interno bruto, mas, com grandes desigualdades sociais. Existe uma ideologia que alega que ainda não é o momento da redistribuição e como consequência dessa espera tem-se o comprometimento do futuro de crianças e jovens e, por conseguinte o futuro das nações.

Em contraponto a esse ideário que prega o crescimento econômico anterior ao desenvolvimento humano, têm-se exemplos de experiências de alguns países e suas opções, que podem ser enumeradas:

1.No Japão o movimento de alfabetização ocorreu antes da industrialização, isto é, as oportunidades econômicas surgiram após o esclarecimento dos trabalhadores.

2.Na China, o desenvolvimento econômico se deu com os recursos humanos já formados, contudo, não atende liberdades democráticas.

3. Brasil, Índia e Paquistão: apresentam crescimento econômico, mas as oportunidades sociais são lentas.

O fato de a educação e os serviços de saúde também serem produtivos para o crescimento econômico corrobora o argumento em favor de dar-se mais ênfase a essas disposições nas economias pobres antes de enriquecerem. Desta maneira, não se pode argumentar que o desenvolvimento humano é apenas um ônus. Em uma linguagem compreendida pelos detentores do capital e gestores de políticas públicas, pode-se dizer que o desenvolvimento humano é um investimento no futuro do país, preparando as gerações para a administração de um país com maiores possibilidades de inserção no rol de países desenvolvidos. Investir no desenvolvimento humano é desenvolver as capacidades de um país e não apenas de indivíduos isolados.

Por fim, coloca-se a importância das liberdades instrumentais para o desenvolvimento, tendo em vista que as liberdades não são apenas os fins primordiais para o desenvolvimento, mas também os meios principais (SEN,

2000, p.25), as liberdades instrumentais têm a função de contribuir para que as pessoas tenham a capacidade geral de viver mais livremente. São elas: liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora.

As liberdades políticas referem-se às oportunidades que as pessoas tem de escolher os princípios políticos para sua localidade, assim como os dirigentes da mesma, com possibilidades de fiscalizar e participar criticamente, sem censura e com pluralidade de partidos políticos, etc.

Para que seja garantida a liberdade política dos indivíduos, é preciso que de forma paralela, haja garantias de transparência. Essas garantias referem-se às necessidades de sinceridade e transparência que se espera das pessoas ocupantes de cargos na gestão pública, de modo que cada um possa lidar uns com os outros sob garantias de dessegredo e ética no cuidado com os bens públicos.

Juntem-se às liberdades políticas, as facilidades econômicas, que são as oportunidades que os indivíduos têm para utilizar os recursos econômicos com a finalidade de consumir, produzir ou trocar. Em resumo, é a liberdade de estar inserido no mercado, ser participante ativo no modo de produção capitalista e não apenas expectador das relações de compra, venda e consumo.

Como exemplo de privação das facilidades econômicas, podemos usar os trabalhadores do setor informal, que cumprem uma carga horária de trabalho igual ou maior do que os trabalhadores formalizados. Por terem uma renda, podem consumir e é impossível que não o façam, pois tem necessidades. Todavia, não podem ter acesso a determinados bens de consumo porque não podem comprovar sua renda e realizar compras de alto custo a prazo.

As oportunidades sociais são caracterizadas como sendo os recursos que a sociedade estabelece nas áreas de educação, saúde, etc. Essas oportunidades influenciam diretamente na liberdade substantiva que o indivíduo tem de viver melhor em todos os aspectos da sua vida.

As liberdades instrumentais se complementam e estão inter-relacionadas. Por isso, são reforçadas mutuamente aumentam diretamente as capacidades das pessoas. Nesse sentido, o crescimento econômico não apenas pelo aumento deve ser julgado apenas no que tange ao aumento ou diminuição de rendas privadas brutas, mas também pela expansão de serviços sociais. O que em dadas situações não é levado em conta é que a renda bruta de uma pessoa ou família não pode ser considerada em absoluto, é preciso avaliar quais os dependentes e gastos serão contemplados com essa renda.

No Brasil a situação enfrentada na atualidade pelos idosos se configura em exemplo para que se olhe a questão das rendas de maneira relativa. Um cidadão aposentado, sem grandes comprometimentos relativos à saúde nem grandes aspirações relativas ao consumo pode viver sustentado por sua aposentadoria sem maiores dificuldades. Entretanto, as mudanças no mundo do trabalho, ocasionando a perda de garantias trabalhistas e dificuldades de inserção no mercado formal de trabalho, tem feito com que aposentados sejam a única fonte de renda segura no âmbito familiar, tornando os idosos chefes de família. Sendo assim, a renda que teoricamente seria a referência para uma pessoa, passa a ser o esteio para todo o seu grupo familiar e o resultado é que é prejudicado o desenvolvimento das capacidades de toda a família por terem reduzidas as possibilidades de acesso aos bens sociais e econômicos.

2. GESTÃO EDUCACIONAL: CAPACIDADES E POSSIBILIDADES

“A aprendizagem é a nossa própria vida desde a juventude até a velhice, de fato quase até morrer; ninguém passa dez horas sem nada aprender”

(Paracelso)

Ao consultar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, encontra-se no artigo 1º a seguinte definição de educação (BRASIL, 2001, p.11):

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Mészáros faz uso da epígrafe de Paracelso citada anteriormente para ilustrar o fato de que os processos de aprendizagem são a nossa própria vida, uma vez que desde a infância até a velhice, o ser humano está em constante aprendizado. Sendo assim, compreende-se que a educação está presente em todos os contextos da vida social, em que, de forma dialética, todos os indivíduos são educadores e educados.

Para que o processo de educação se efetive, o lócus escolhido foi a escola, que conforme Libâneo (2007, p.19):

[...] é uma instituição social com objetivo específico: o desenvolvimento das potencialidades físicas, cognitivas e afetivas dos alunos, por meio da aprendizagem de conteúdos (conhecimentos, habilidades, procedimentos, atitudes, valores), para tornarem-se cidadãos participativos na sociedade em que vivem.

Para que seja conferida a sua eficácia, estabelece parâmetros de avaliação. Entretanto, por razões diversas que não se voltam apenas a prejuízos intelectuais, um número variável de alunos não alcança as aprendizagens esperadas. Quando isso ocorre, os professores devem comunicar as autoridades escolares para que sejam tomadas as providências necessárias.

Como referência de análise, será tomada a realidade da Rede Municipal de Ensino de Franca-SP, que atende alunos da Educação Infantil e Ciclo I do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), tendo como amostra uma escola que receberá a denominação fictícia de Maria Montessori⁴, de forma que sua identidade seja preservada.

A Escola Municipal de Educação Básica Professora Maria Montessori tem em seu corpo discente 1115 alunos, divididos em 40 salas de aula, o que traduz a média de 27 alunos por turma. Na instituição, além do número citado de alunos, trabalham 70 profissionais entre professores e outros. Para gerir essa gama de seres humanos, são concursadas 5 profissionais que se constituem especialistas em educação. Meneses (1998, p.293) esclarece:

A formação dos especialistas de educação básica deve ser feita em curso superior de graduação em pedagogia ou em nível de pós-

⁴ Médica e educadora italiana que viveu entre os séculos XIX e XX (1870-1952) e desenvolveu diversos materiais didáticos que são utilizados por professores em todo o mundo.

graduação. Os profissionais da educação básica são o administrador, o planejador, o orientador, o supervisor e o inspetor. A experiência docente é pré-requisito para o exercício profissional de quaisquer outras funções de magistério.

As especialistas em educação, na escola escolhida como estudo de caso, são distribuídas nas seguintes funções: uma diretora, duas coordenadoras pedagógicas, uma pedagoga e uma orientadora educacional, o que na concepção de Meneses equivaleria às funções de administradora, supervisoras/planejadoras e orientadoras, não sendo prevista a função de pedagoga, que é a formação de todas elas, que neste contexto, diferencia-se. Esse conjunto de profissionais, encontrado em todas as escolas municipais de Primeiro ciclo de Franca é conhecido por equipe gestora.

Ainda que a formação inicial seja a mesma, o curso de Pedagogia, cabe a cada uma função: à diretora compete a coordenação geral de todas as ações, as coordenadoras pedagógicas dedicam-se à supervisão e orientação do trabalho docente e todas as ações ligadas ao processo de ensino e aprendizagem. A pedagoga tem a tarefa de traçar estratégias para a recuperação de alunos com dificuldades de aprendizagem e encaminhá-los aos serviços públicos de saúde. Por fim, a orientadora educacional encarrega-se de cuidar de assuntos referentes à relação entre família e escola, questões emocionais e comportamentais no âmbito escolar. Em casos de negligência, maus tratos ou faltas excessivas, tem a função de fazer os encaminhamentos ao Conselho Tutelar da cidade.

Desta maneira, oferecemos algumas informações sobre a realidade observada para que posteriormente se possa compreender como a escola pode favorecer o desenvolvimento de capacidades. Parte-se então da realidade da escola pública, que organiza suas ações bimestralmente. Ao fim do 1º bimestre, os professores entregam notas e em data marcada, reúnem-se com os colegas que lecionam na mesma série e a equipe gestora para relatar e discutir as dificuldades dos alunos com notas abaixo das expectativas de aprendizagem. Essa ação intitula-se Conselho de classe.

Depois da realização do Conselho de classe, são tomadas as devidas providências quanto à dificuldade de cada criança. Em primeiro lugar,

averigua-se se é uma dificuldade apenas cognitiva ou se é um conjunto de fatores combinados, como condições físicas, sociais e emocionais. Quando a dificuldade é de aprendizagem, os professores recebem orientações didáticas das coordenadoras pedagógicas no sentido de buscar estratégias diferentes das já utilizadas e acompanhar de forma mais sistemática que os demais aquelas crianças que aprendem em ritmo mais lento ou precisam de mais atenção para aprender.

Os alunos são encaminhados a serviços dentro da própria escola como a recuperação paralela, antigamente denominada de reforço escolar, e o atendimento pedagógico, que consiste em atividades diversificadas orientadas pela pedagoga, incluindo jogos que possibilitem o estímulo ao raciocínio.

As crianças que, paralelamente ao aspecto pedagógico ou por conseqüência do fracasso deste, tem problemas comportamentais ou dinâmica familiar que não favorece um bom desenvolvimento escolar, são encaminhadas ao Serviço de Orientação Educacional. Esse serviço consiste em reuniões com os responsáveis e formação de grupos com as crianças para a discussão de questões referentes ao comportamento e à relação com outros alunos e professores. Com as crianças, também são realizadas atividades relativas à formação de valores e desenvolvimento da auto-estima para que se integrem e passem a ter uma relação mais positiva com o grupo.

No cotidiano escolar, as ações e responsabilidades de cada profissional são constantemente avaliadas de maneira formal ou não. Mesmo que não seja o momento do Conselho de classe, novos encaminhamentos são feitos e novas orientações são dadas conforme progresso ou estagnação dos alunos. A diretora cobra a equipe gestora e os professores para que haja efetivo progresso.

A descrição supracitada nos leva a crer que se trata de uma relação harmônica entre alunos, a equipe escolar e a comunidade, uma vez que se trata de uma das escolas públicas municipais com excelentes resultados em avaliações externas e maior participação da comunidade na vida escolar dos filhos. Todavia, a realidade que se apresenta vai além dos muros da escola, pois

a maioria dos casos é complexa e requerem a participação dos profissionais da saúde, Serviço Social e Poder Judiciário.

Mesmo que a estrutura da Rede Municipal de Ensino de Franca ofereça condições privilegiadas em comparação a outras redes de ensino, os serviços públicos são os mesmos. Como consequência, a qualidade de ensino também é afetada porque as crianças precisam entrar em filas homéricas para que possam receber atendimento de médicos, psicólogos, fonoaudiólogos e outros profissionais que devem ter seus serviços combinados ao trabalho pedagógico para que haja o sucesso escolar.

Muitas crianças demoram anos para terem laudos médicos referentes a deficiência mental (quando não é aparente), distúrbio do processo auditivo central (DPAC) ou outras síndromes que requerem atenção especial e cujos comportamentos são facilmente confundidos com indisciplina ou apatia. Matam-se as capacidades por desconhecimento dos próprios limites.

Outro fator relevante é a ação das próprias famílias posto que, após a demora, as solicitações da escola são atendidas mas, a instituição não tem o poder de convencimento e muitos responsáveis deixam de levar seus filhos a médicos, psicólogos e fonoaudiólogos ou mesmo à recuperação paralela e atendimento pedagógico por não compreenderem a importância dessa intervenção na vida das crianças ou mesmo por não conseguirem conciliar essas saídas com o trabalho ou simplesmente possuir o dinheiro para o transporte, posto que muitos recursos não estão nas unidades públicas mais próximas. Em muitos casos, usa-se de ameaças como a chamada do Conselho Tutelar para coagir os responsáveis.

Diante do quadro exposto, é possível entender que a escola tem uma estrutura que favorece a expansão de capacidades do aluno à medida que oferece o conhecimento sistematizado e profissionais formados para oferecer condições para que essas capacidades se expandam. Quando atendidos em suas necessidades, os alunos que apresentam maiores dificuldades não respondem como aqueles que sempre estiveram adaptados ao modelo escolar mas, apresentam melhor desempenho e auto-estima. Entretanto, é certo que nunca

serão os melhores na sociedade competitiva porque já começaram em desvantagem.

Repetimos as palavras de Sen ,quando o autor afirma que o que as pessoas conseguem efetivamente realizar é influenciado por oportunidades econômicas, liberdades políticas, poderes sociais e por condições habilitadoras como boa saúde, educação básica e incentivo e aperfeiçoamento de iniciativas (SEN, 2000, p.19). A realidade educacional é uma prova de que todos esses fatores devem estar combinados para que o indivíduo não se desenvolva apenas enquanto aluno e consiga atender às necessidades escolares, mas enquanto um ser humano pleno e com possibilidades de escolha.

Nesse ponto, a expansão de capacidades, que em condições ideais é proporcionada pela escola é cerceada por um contexto social que se contrapõe. A equipe gestora da escola se articula para que haja o sucesso escolar, entretanto, na maioria dos casos, não há problema isolado de aprendizagem, mas fatores diversos a serem resolvidos.

Se para Paracelso, a aprendizagem é a nossa própria vida, as capacidades dessas crianças são extremamente limitadas porque são reduzidas as suas possibilidades de aprender.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**: Lei 9394, de 20.12.1996 (Lei Darci Ribeiro) – Plano Nacional de Educação: Lei 10.172 de 10 de janeiro de 2001 e legislação correlata e complementar. 2. ed. Bauru-SP: EDIPRO, 2001 (Série legislação)

KLIKSBURG, B. **Falácias e mitos do desenvolvimento social**. Tradução: Sandra Trabucco Valenzuela. São Paulo: Cortez, 2003.

DIAS, J. Gestão da escola In: MENESES, J. (Org.). **Estrutura e funcionamento da Educação Básica**: leituras. São Paulo: Pioneira, 1998, p. 268-282.

LIBÂNEO, J. et. all. Organização e gestão, objetivos do ensino e trabalho dos professores In: SILVA JÚNIOR, Celestino Alves da (Org.). **Organização e gestão do trabalho na escola**. São Paulo: UNESP, Páginas & Letra Editora e gráfica, 2007, p. (Pedagogia cidadã: cadernos de formação)

MELHORAMENTOS. **Dicionário da língua portuguesa**. São Paulo: Melhoramentos, 2006.

MENESES, J. A profissão de professor e de especialistas da Educação Básica
In: _____(Org.). **Estrutura e funcionamento da Educação Básica: leituras**.
São Paulo: Pioneira, 1998, p. 291-297.

MÉSZAROS, I. **A Educação para além do capital**. Tradução: Isa Tavares.
São Paulo: Boitempo, 2005.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução: Laura Teixeira Motta.
São Paulo: Companhia das letras, 2000.

